



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO  
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

**TIPO DE AUDITORIA** : AUDITORIA DE GESTÃO  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO N°** : 01300.000362/2011-40  
**UNIDADE AUDITADA** : 364102 - CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL  
**MUNICÍPIO - UF** : Brasília - DF  
**RELATÓRIO N°** : 201108897  
**UCI EXECUTORA** : SFC/DICIT - Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Ciência e Tecnologia

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n° 201108897, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n° 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo CNPQ - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.

## **I - INTRODUÇÃO**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 26/05/2011 a 10/06/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames. Não foram realizadas as análises previstas no item 13, Parte A - Conteúdo Geral, Anexo III da Decisão Normativa TCU n° 110/2010 (avaliação objetiva da posição patrimonial e financeira da entidade, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e a aderência às normas em vigor), conforme orientação contida no Ofício TCU/ADPLAN n° 01/2011, de 13/01/2011.

## **II – RESULTADOS DOS TRABALHOS**

3. Verificou-se, no Processo de Contas da Unidade, a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, foram realizadas as seguintes análises:

### **4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão**

Foram analisadas ações do CNPq contempladas nos Programas 0460 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação e 0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O Programa 0460 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, tem o objetivo de formar e capacitar recursos humanos visando ampliar e consolidar a base necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, com orçamento total de R\$ 807.242.264,00, sendo a totalidade ao cargo do CNPq.

Resumo das Ações e Metas do Programa 0460:

<b>Execução das Ações Governamentais p/ o Programa 0460</b>						
Ação governamental	Dotação autorizada	Despesa executada	% Despesa executada	Meta física	Meta executada	% Meta física atingida
0900	R\$ 242.486.539,99	R\$ 242.186.623,99	99,87%	14.000 Bolsas Concedidas	14.048 Bolsas Concedidas	100,34%
0901	R\$ 444.377.814,49	R\$ 421.569.392,67	94,86%	18.997 Bolsas Concedidas	17.386 Bolsas Concedidas	91,51%
0902	R\$ 131.159.862,00	R\$ 131.159.862,00	100%	32.620 Bolsas Concedidas	33.052 Bolsas Concedidas	101,32%
0903	R\$ 26.829.600,00	R\$ 26.829.600,00	100%	3.325 Bolsas Concedidas	3.755 Bolsas Concedidas	112,93%

O Programa 0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cujo objetivo é promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores, recebeu alocação orçamentária total de R\$ 766.985.877,00, sendo R\$ 108.429.951,00 para ações do CNPq.

Resumo das Ações e Metas do Programa 0461 sob a responsabilidade  
do CNPq analisadas pela equipe de auditoria:

<b>Execução das Ações Governamentais p/ o Programa 0461</b>						
Ação governamental	Dotação autorizada	Despesa executada	% Despesa executada	Meta física	Meta executada	% Meta física atingida
1249	R\$ 36.663.284,00	R\$ 36.663.284,00	100,00%	53 Institutos implantados	74 Institutos implantados	139,62%

4158	R\$ 49.266.667,00	R\$ 49.266.572,84	99,99%	1.400 Projetos apoiados	2.430 Projetos apoiados	173,57%
4665	R\$ 28.300.000,00	R\$ 28.300.000,00	100,00%	260 Projetos apoiados	309 Projetos apoiados	118,84%

Da análise dos quadros de metas dos Programas 0460 e 0461, observa-se o cumprimento e a extrapolação das metas da maioria das ações executadas pelo CNPq. Para cada ação o gestor apresentou justificativas para embasar o não alcance, o alcance ou a extrapolação da meta.

Nas ações analisadas do Programa 0461, observa-se a execução total da despesa e a extrapolação das metas físicas previstas, o que leva à redução dos valores médios previstos para cada projeto apoiado ou instituto implantado.

#### 4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Foram analisados quatro indicadores utilizados no CNPq. Os indicadores foram obtidos por meio do Relatório de Gestão. São indicadores de desempenho operacional, que visam a avaliação do esforço realizado pela Instituição, no exercício de sua missão.

Constatou-se que todos os indicadores do universo analisado atendem aos critérios de qualidade e confiabilidade.

Pode-se concluir, também, que os indicadores existentes fornecem subsídios para a tomada de decisões gerenciais.

#### 4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Foi avaliado o Sistema de Controle Interno do CNPq, baseado na Auditoria Interna da Entidade, em seus procedimentos, ambiente de controle, monitoramento e atendimento de suas demandas.

Em relação ao Plano de Ação da Auditoria Interna – PAINT 2010, observa-se que as ações de controle n.º 01 a 08, 10, 11, 13 e 14 foram executadas, e as ações de controle n.º 09 e 12 não foram executadas “*face a carência*” de pessoal, de acordo com o gestor.

Foram analisados os planejamentos das auditorias referentes aos Relatórios CNPq n.º 001/2010 e n.º 002/2010, os quais estavam adequadamente documentados.

Identificou-se que foram auditados, pela Auditoria Interna, 15,38 % dos recursos geridos pela Entidade durante o exercício de 2010.

Constatou-se a inexistência de um sistema informatizado que auxilie a Auditoria Interna na

execução de suas competências. Dessa forma, recomendou-se ao CNPq que informe sobre a implantação de um sistema informatizado que atenda as necessidades da Auditoria Interna e otimize os seus procedimentos.

Em face dos exames realizados, constatou-se que a Auditoria Interna, apesar da carência de servidores e da inexistência de um sistema informatizado, tem atuado tempestivamente junto às diversas unidades do Conselho para que sejam atendidas as determinações do TCU e as recomendações da CGU. A execução do PAINT 2010 ocorreu de forma satisfatória e não foram identificados fatos e atos relevantes que comprometam a gestão.

#### 4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

O escopo dos exames realizados nos convênios vigentes em que houve liberação de recursos financeiros no período em exame está retratado nos quadros a seguir:

Quadro 1

Modalidade	Quantidade	Valores concedidos (s/ contrapartida)		Total 2010
		SIAFI	SICONV	
Convênios	92	R\$ 3.144.534,38	R\$ 118.451.427,30	R\$ 121.595.961,68
Contratos de Repasse	--	--	--	--
Termo de Cooperação	--	--	--	--
Termo de Parceria	--	--	--	--
Termo de Compromisso	--	--	--	--
Totais	--	--	--	R\$ 121.595.961,68

Verificou-se que existem 92 (noventa e dois) convênios com vigência em 2010 que apresentaram liberação de recursos. O total de convênios vigentes no período em exame era de 221 (duzentos e vinte e um), tendo sido liberado o montante de R\$ 121.595.961,68 (cento e vinte e um milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos) no exercício.

Quadro 2

Qtd. Transf Exercício	Montante	% Qtd Analisado	% Valor Analisado
92	R\$ 121.595.961,68	7,61%	29,34% (R\$ 35.679.429,58)

Foram selecionados, por amostragem não probabilística, 07 (sete) convênios referentes ao Programa 0461- Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ação 4665 - Fomento a Núcleos de Excelência - PRONEX, firmados com as Fundações de Amparo à Pesquisa

nos Estados.

Dos processos analisados, verificou-se a existência falhas nas formalidades dos instrumentos, especificamente a não designação específica de um representante da Administração, para acompanhamento da respectiva execução, nos termos do artigo 53, da Portaria Interministerial 127/2008. Também foi verificada a existência de dificuldades para a inclusão, no Sistema de Convênios do Governo Federal-SICONV, de pagamentos efetuados a alguns beneficiários finais, devido a especificidades que o órgão informa não estarem contempladas no SICONV. A Unidade atualmente não realiza fiscalizações in loco da execução das transferências nas quais atua como concedente; porém, conforme documentação apresentada, a UJ iniciou o atendimento a recomendação elaborada por esta CGU, se comprometendo a realizar um Plano de Fiscalização anual.

Do exame das informações do Relatório de Gestão verificou-se que houve um decréscimo no quantitativo dos instrumentos celebrados nos últimos três exercícios, a partir do 2008, sendo que, em referência ao total de recursos transferidos, a situação é inversa, houve um volume maior de recursos repassados no exercício de 2010. Destaca-se o Empenho de R\$ 1,042 bilhão para capacitação e qualificação de recursos humanos: 82% com recursos próprios; 17% do FNDCT/FS; 1% de ministérios parceiros e 0,1% oriundo de repasses do MCT para a finalidade. Aumento de 11,5% relativamente a 2009.

#### 4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

O escopo e as modalidades de licitação examinados estão retratados nos quadros a seguir:

##### Licitações

###### a) Quadro I

Tipo de aquisição de bens/serviços	Valor no exercício	% Valor em relação ao total	Montante analisado	% Recursos analisados por modalidade
Dispensa	R\$ 9.787.616,40	18,65	R\$ 1.431.900,00	14,63
Inexigibilidade	R\$ 3.747.943,50	7,14	R\$ 100.800,00	2,69
Convite	R\$ 29.280,00	0,06	--	--
Tomada de Preços	--	--	--	--
Concorrência	R\$ 1.107.582,63	2,11	--	--
Concurso	R\$ 20.000,00	0,04	--	--
Pregão	R\$ 37.786.882,24	72	R\$ 3.569.490,00	9,45
Total	R\$ 52.479.304,77	100	R\$ 5.102.190,00	9,72

## b) Quadro II

Número da Licitação	Contratada e seu CNPJ	Valor da Licitação Liquidado em 2010	Oport. e Conv. do motivo da licitação	Modalidade da Licitação	Fund. da dispensa	Fund. da inexig.
Inexig. nº 005/2009	Link Data Informática e Serviços S/A – 24.936.973/0001-03	R\$ 100.800,00	Adequada	Inexigível	--	Lei 8.666/93, art. 25, inciso I
Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 12/2010 (INCRA)	Espaço & Forma Móveis e Divisórias Ltda. - 37.977.691/0007-83	R\$ 3.569.490,00	Adequada	Pregão (Adesão a Ata de Registro de Preços)	--	--
Dispensa – Contrato nº 0059/2010	Construtora Luner – 06.705.880/0001-90	R\$ 1.431.900,00	Adequada	Dispensa		Lei 8.666/93, art. 24, inciso X

Foram analisados três processos licitatórios, com amostragem realizada com base na materialidade e modalidade de licitação: um da empresa Espaço e Forma Móveis e Divisórias Ltda. (ata de registro de preços), no valor de R\$ 3.569.490,00 (três milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa reais), outro da Link Data Informática e Serviços Ltda. (inexigibilidade), assinado por R\$ R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais), e uma dispensa da Construtora Luner, no valor de R\$ 1.431.900,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil e novecentos reais).

Considerando os dois primeiros contratos, não foram identificadas impropriedades na documentação constante dos processos. Em relação ao processo de dispensa de licitação para locação da nova sede do CNPq, constatou-se a não utilização de fonte orçamentária adequada para o pagamento da primeira parcela do aluguel. Recomendou-se ao CNPq que, ao realizar despesas administrativas, utilize as fontes orçamentárias e os programas especificamente destinados a tais despesas.

A Unidade manifestou-se no sentido de observar rigorosamente a recomendação formulada.

## 4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

Os recursos humanos da Unidade estão distribuídos conforme o quadro a seguir:

Descrição	Quantitativo
Servidor de carreira vinculado ao órgão	648
Servidor de carreira em exercício descentralizado	4
Servidor de carreira em exercício provisório	2
Servidor requisitado de outros órgãos ou esferas	6
Provimento de cargo em comissão	103
Servidores cedidos ou em licença	162
<b>TOTAL</b>	<b>925</b>

A análise da Folha de Pagamento da Unidade está quantitativamente descrita no quadro a seguir:

<b>Indicador</b>	<b>Qtde. de servidores analisados</b>	<b>Qtde. de servidores confirmados na ocorrência</b>
1) Servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão investidos em outros vínculos	02	--
2) Servidores que percebem a vantagem prevista no artigo 192 da Lei nº 8.112/90	10	--
3) Servidores que percebem os adicionais de periculosidade e insalubridade	04	--
4) Relação de servidores que recebem auxílio-transporte em valor superior a R\$ 500,00	02	--
5) Relação de servidores que estão recebendo o abono permanência	10	--
6) Servidores aposentados após 18/01/1995 que percebem opção de função	10	--
7) Servidores cedidos e requisitados	06	--
8) Beneficiários de pensão com mais de dois benefícios	08	--
9) Servidores com idade igual ou superior a 70 anos ainda na situação de ativo permanente	01	-
10) Servidores percebendo a opção referente ao cargo em comissão - DAS/CD ainda nos termos da Lei n.º 8.911/94	01	--
11) Evolução da Folha de Pagamento	02	--
12) Servidores admitidos, aposentados e instituidores de Pensão	19	--
13) Exercícios anteriores	04	--
14) Servidores aposentados/pensionistas com idade superior a 90 anos	07	--
15) Servidores cedidos para órgãos não irrecusáveis, que recebem gratificação por desempenho	36	--
16) Relação de servidores que efetuaram alteração em sua própria folha de pagamento	02	--

A segunda coluna indica a quantidade da amostra selecionada, e a terceira as constatações remanescentes, após os devidos esclarecimentos da Unidade.

### **Folha de Pagamento**

Os exames da amostragem não detectaram impropriedades na folha de pagamento, no que diz respeito a beneficiários de pensão, auxílio transporte, opção cargo em comissão e abono permanência. Havia sido constatada apenas a ausência da expedição de portarias de lotação dos servidores que receberam pagamentos de insalubridade, cujas cópias foram apresentadas posteriormente, com exceção de portaria referente a um servidor. Novas portarias se fazem necessárias em função da mudança da sede da UJ ocorrida em dezembro de 2010 e da ausência de LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho para a sede nova.

### **Análise da Força de Trabalho**

O quadro de pessoal próprio do CNPq, em 31/12/2010, continha 648 servidores, 367 deles com nível superior e 281 com nível médio. Desse total, 277 atuam na área fim e 204 na área meio. Os demais estão distribuídos da seguinte forma: 132 encontram-se cedidos, 29 licenciados, 04 em Lotação Provisória e 02 em Capacitação. Dos 648 servidores efetivos, 333 pertencem ao sexo feminino. Quanto à faixa etária, a maior concentração posiciona-se na faixa de 41 a 50 anos, a qual representa 42,12% do total dos servidores. A faixa de 51 a 60 anos corresponde a 39%. A presença de uma faixa de idade de pessoas jovens (31 a 40 anos) é de 13,88%.

Apesar de o gestor informar, no item 5 do Relatório de Gestão, que a Unidade carece de pessoal, constatou-se que 132 servidores encontram-se cedidos para outros órgãos. Não há registro, em 2010, de realização de estudos, pela Unidade, sobre o dimensionamento da força de trabalho no que diz respeito ao quantitativo, composição e perfil, bem como quanto à definição de estratégias e ações que se fazem necessárias para viabilizar o alcance de suas necessidades.

### **Cessão de Servidores**

Dos 132 servidores cedidos, verificou-se irregularidade na renovação da cessão de 07 servidores para o Tribunal Regional Eleitoral - TRE, por prazo superior a um ano. A UJ iniciou a adoção de medidas para regularizar os casos apontados visando o retorno ao CNPq de todos os servidores cedidos ao TRE, cujo prazo de permanência seja superior a um ano.

## **4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno**

### **1) Análise cumprimento das determinações do TCU**

Constatou-se o cumprimento, pela UJ, de todas as determinações dos Acórdãos 1016/2010 – 2ª Câmara, 1484/2010 – 2ª Câmara, 5001/2010 – 2ª Câmara e 2691/2010– Plenário. Não houve determinação específica para exame do Controle Interno.

Como resultado do cumprimento das determinações a Instituição vem aprimorando seus sistemas de informação, no sentido de implementar controles que permitam dar transparência e garantir a boa aplicação dos recursos públicos investidos pelo Órgão. Como exemplo de iniciativas neste sentido, cita-se a Plataforma Carlos Chagas, que conta com fluxos automatizados para a cobrança da prestação de contas de bolsistas e pesquisadores; para o envio dos formulários on line, com a movimentação financeira e o Relatório Técnico.

Verificou-se que a UJ vem definindo sistemáticas para o acompanhamento e a avaliação dos projetos de bolsas durante a sua execução, cujos fluxos vem sendo informatizados e integrados à Plataforma Carlos Chagas, permitindo que ações sejam tomadas antes mesmo do término das concessões.

### **2) Análise atendimento de recomendações e diligências do Controle Interno.**

A UJ regularizou as pendências do item “4.2.1.1 INFORMAÇÃO: (001)” do Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 243894 -2ª Parte, referente ao exercício de 2009, registradas no Relatório n.º 224748 do exercício de 2008, referentes as análises finais das prestações de contas dos Convênios de n.º SIAFI 524256, 564138 e 593172, firmados com a Academia Brasileira de Ciências - ABC. Também, foi atendida a recomendação do do Item 3.2.4.3 do Relatório 250847.

Na avaliação do Plano de Providências para 2010, constatou-se o cumprimento, pela UJ, de todas as determinações dos Acórdãos do TCU, bem como das recomendações da CGU. Como desdobramento do atendimento às recomendações da CGU e em decorrências dos trabalhos de campo realizados, foi recolhida, aos cofres do CNPq, a quantia de R\$ 116.436,07, referente às metas cumpridas parcialmente nos convênios SIAFI n.º 524256 e 564138, firmados com a Academia Brasileira de Ciências - ABC.

## **4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária**

Verificou-se a convergência entre as informações prestadas pelos gestores no item 3 do Relatório de



Gestão, que traz informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, com as informações provenientes de consulta realizada no SIAFI GERENCIAL, referente ao exercício de 2010, datada de 21/01/2011.

#### 4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

Da amostra examinada, todas as inscrições em Restos a Pagar mostraram-se adequadas. Houve apenas uma observação sobre a morosidade do pagamento da Nota de Empenho 2010NE901619, emitida em dezembro de 2008, que dependia de uma avaliação do CNPq para ser paga. A Unidade demonstrou a pertinência da inscrição do projeto correspondente ao empenho mencionado, que encontra-se em andamento para assinatura de termo aditivo e assim proceder ao pagamento.

Restos a Pagar inscritos em 2010	Restos a Pagar Analisados	Percentual Analisado	% de RP com inconsistência
R\$ 423.550.469,15	R\$ 34.279.308,76	8,09	--

#### 4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

Não foi avaliada a objetividade dos critérios para aferição da qualificação técnica e capacidade operacional para o chamamento público, uma vez que a Unidade não teve a oportunidade de realizar chamamento público, no exercício de 2010, por isso não houve motivo para deixá-lo.

#### 4.11 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Servidores e membros do Conselho Deliberativo do CNPq cumpriram as exigências legais previstas sobre a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda.

Verificou-se a presença, nas fls. 273 a 278 do Relatório de Gestão, das declarações do cumprimento pelos servidores da UJ e pelos membros do Conselho Deliberativo, do disposto na Lei nº 8.730, de 1993, que estabelece a obrigatoriedade da apresentação da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos ou funções de confiança.

Apesar da verificação da entrega das declarações não ser eletrônica, a UJ possui controles eficientes para atendimento da Lei nº 8.730/1993, que consiste na divulgação do prazo para a entrega em envelope lacrado ou de assinatura de autorização para acesso eletrônico dos dados da declaração. Devido ao crescente número de autorizações de acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, a verificação do atendimento ao disposto na Lei nº 8.730/1993, torna o controle cada vez mais fácil para a Unidade.

#### 4.12 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

No Relatório de Auditoria foram enumerados pelo gestor fatores decorrentes da ocupação da nova sede que contribuíram para a redução no impacto ambiental, como instalações preparadas para a redução do consumo de água e energia elétrica.

Também foram identificados os procedimentos adotados pelo gestor para cumprimento do disposto no Decreto n.º 5940/06, que trata da sustentabilidade ambiental, como o restabelecimento da comissão para coleta seletiva solidária e a aquisição de lixeiras específicas para estimular e incrementar a coleta seletiva de resíduos na nova sede.

O gestor também encaminhou cópia de material de conscientização e divulgação junto aos servidores visando desenvolver atividades que permitam a mudança das perspectivas sobre a utilização de recursos materiais no cotidiano da Instituição, considerando a redução do desperdício, reutilização e a reciclagem.

Dessa forma, observa-se a aderência da Unidade a critérios de sustentabilidade ambiental.

#### 4.13 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Foi constatado que os bens imóveis de uso especial sob os cuidados da UJ encontram-se todos com suas avaliações vencidas, sendo necessárias providências para novas avaliações e atualização dos registros no Sistema de Gerenciamento dos Bens Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet. Ao tomar conhecimento do fato, a UJ se comprometeu a atualizar os registros e regularizar a situação levantada.

Localização	Quantidade total de Imóveis de Uso Especial sob a Responsabilidade da UJ	
	2009	2010
Brasil	16	16
Exterior	--	--

Em que pese o fato de as avaliações ainda não terem sido finalizadas, a Unidade iniciou o processo de avaliação, conforme Ofício enviado a esta CGU.

#### 4.14 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Verificou-se a criação, por meio da Portaria nº 125/2010, do Comitê de Tecnologia da Informação do CNPq – CTI. Este Comitê tem como objetivo modernizar o modelo de gestão de tecnologia da informação do CNPq. E tem como atribuições:

- a) Propor um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI para o CNPq, acompanhar sua execução e revisá-lo anualmente.
- b) Delimitar o uso dos recursos financeiros para a informática, respeitando os princípios do PDTI.
- c) Aprovar os programas de ação a serem desenvolvidos para o cumprimento das diretrizes da política de informática do CNPq.

Também foi analisado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI do CNPq para o Biênio 2011/2012, cujo planejamento e elaboração deram-se durante o exercício de 2010.

Da análise do PDTI do CNPq constata-se que ele está voltado para toda a organização e alinhado aos objetivos institucionais do CNPq. A sua elaboração e composição estão de acordo com o proposto na IN nº 04/2008 da SLTI/MP.

Sobre a área de segurança da informação, apesar da Instituição ainda não possuir formalmente um documento de Política de Segurança da Informação, constatou-se a adoção de boas práticas pelo gestor neste campo da tecnologia da informação. Ressalta-se positivamente também a movimentação do gestor na criação do Comitê de Segurança da Informação e a expectativa para a criação do documento de diretrizes gerais de Política de Segurança da Informação do CNPq.

Em relação à área de sistemas, O CNPq conta atualmente com quarenta e quatro sistemas de informação em produção, detalhados, no Relatório de Gestão, por finalidade, principais funcionalidades, volumes representativos, inter-relações com outros sistemas e ambiente de produção.

Verificou-se que o CNPq efetua avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com a sua necessidade, possui uma metodologia definida para desenvolvimento de sistemas, exige em seus contratos cláusulas de nível de serviço e efetua a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI contratadas.

Em relação à contratação e gestão de bens e serviços de TI, da análise dos editais dos Pregões Eletrônicos SRP nº 025/2010 e SRP nº 026/2010, foi possível verificar que, no projeto básico/termo de referência são explicitados os benefícios da contratação, em termos de resultados para a Instituição e não somente em termos da área de TI. Também se observa que os termos dos projetos básico/termo de referências analisados estão de acordo com as diretrizes institucionais dispostas no PDTI do CNPq.

Também foi verificado o alinhamento dos Planos de Sustentação elaborados para os Pregões Eletrônicos SRP nº 025/2010 e SRP nº 026/2010 com o PDTI do CNPq. Os citados planos de sustentação são compostos por tópicos relacionados a: segurança da informação, recursos materiais e humanos, transferência de conhecimento, transição contratual e continuidade dos serviços em eventual interrupção contratual.

Conforme informado pelo gestor, a Fundação não possui uma área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI, sendo que existe a proposta de criação de uma área que detenha essas atribuições. Atualmente, a gestão dos contratos é realizada pelos gestores da área de TI e não por uma área específica.

Da análise dos planos de sustentação, dos editais dos pregões eletrônicos SRP nº 025/2010 e nº 026/2010 e da amostra disponibilizada referente às telas da ferramenta de wiki utilizada para a documentação dos procedimentos internos de operação, verifica-se a existência de procedimentos de transferência de conhecimento para os servidores do CNPq relacionada aos produtos e serviços de TI terceirizados.

Sobre os recursos humanos da área de TI do CNPq, verificou-se que o plano de cargos e salários do CNPq não possui uma carreira específica para a área de TI. Referido plano de cargos e salários envolve outras Instituições da área de C&T da Administração Pública Federal. Assim, existe a

dependência desses atores externos para que possa ser alterado.

O atual quadro da Coordenação-Geral de Informática - CGINF conta com vinte e quatro servidores (oito analistas e dezesseis assistentes em C&T) e setenta e sete prestadores de serviços, sendo que o percentual de participação de terceirização na área de TI é de 76% sobre o total de sua força de trabalho. Em áreas como a de desenvolvimento de sistemas, esse número chega a mais de 90%. Ressalta-se, porém, que os cargos de coordenadores/gestores de TI são ocupados por servidores de carreira do CNPq.

Em relação ao grau de escolaridade, o Relatório de Gestão informa os seguintes quantitativos em relação aos servidores de TI do CNPq: quatro possuem nível médio, nove possuem graduação em TI, onze possuem graduação em outra área, nove possuem especialização em TI, um possui especialização em outra área e um possui mestrado em outra área.

Observa-se que, dentro de suas limitações para alterações na carreira e contratação de novos servidores, a CGINF tem se esforçado visando aumentar o seu quadro de servidores e capacitá-lo. Frisa-se que, devido à pequena quantidade de servidores, torna-se necessária a terceirização de serviços para evitar problemas de continuidade na sua prestação. Destaca-se que a CGINF mantém servidores de carreira nos cargos de gestores de TI e que isso lhe permite domínio sobre o negócio e suas regras.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

### **III - CONCLUSÃO**

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Informamos que os servidores listados abaixo, cujas assinaturas não foram apostas neste relatório, não estavam presentes quando da geração final deste documento por motivo previsto legalmente, apesar de terem efetivamente atuado como membros da equipe de auditoria.

Brasília/DF, 25 de julho de 2011.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**

**CERTIFICADO N°** : 201108897  
**UNIDADE AUDITADA** : 364102 - CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO N°** : 01300.000362/2011-40  
**MUNICÍPIO - UF** : Brasília - DF

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de **01/01/2010 a 31/12/2010**.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. Em função dos exames realizados sobre o escopo selecionado, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108897, proponho que o encaminhamento das contas dos responsáveis referidos no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 seja pela **regularidade**.

Brasília/DF, 4 de agosto de 2011

---

VICTOR RAYMOND STEYTLER

Coordenador Geral de Auditoria da Área de Ciência e Tecnologia



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO Nº : 201108897  
EXERCÍCIO : 2010  
PROCESSO Nº : 01300.000362/2011-40  
UNIDADE AUDITADA : 364102 - CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL  
MUNICÍPIO - UF : Brasília - DF

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. Em relação aos resultados das políticas públicas destaca-se a extrapolação das metas físicas em mais de 100% no caso das ações 0900, 0902 e 903 do Programa 0460 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação. A ação 0901 daquele programa atingiu 91,51%, ainda assim um desempenho satisfatório. De acordo com o Relatório de Gestão, foram concedidas aproximadamente 93 mil bolsas no âmbito do Programa, das quais 78 mil (84%) estavam implementadas ao final do exercício de 2010.

3. Constatou-se que, embora a execução das ações tenha sido satisfatória, nos trabalhos de auditoria de gestão foram detectadas falhas formais, sem impacto na gestão. Para essas constatações foram emitidas recomendações no sentido de aperfeiçoamento da gestão da UJ, tendo sido destacados os seguintes pontos: dificuldades da Auditoria Interna para o monitoramento de processos e para a consolidação e a busca de informações; renovações de cessão de servidores para o Tribunal Regional Eleitoral-TRE por prazo superior ao limite legal; não utilização de fonte orçamentária adequada para locação da nova sede do CNPq; fragilidade nos controles relativos às informações contidas no SPIUnet sobre Bens de Uso Especial da União sob a responsabilidade da Unidade, tais como imóveis com avaliações vencidas; ausência das cópias dos documentos referentes a laudos de avaliação ambiental e portarias de lotação dos servidores beneficiados pelo adicional de insalubridade; e ausência de fiscalizações in loco nos convênios firmados.

4. As principais causas das constatações dizem respeito a deficiência no fluxo de informações por parte da auditoria interna; falhas nos controles internos relativos a atualização das avaliações dos bens imóveis sob a responsabilidade da Unidade; e o descompasso entre a força de trabalho e o grande número de convênios celebrados, o que dificulta o acompanhamento in loco das execuções. As recomendações formuladas são, principalmente, para que seja implementado o sistema informatizado que se encontra em desenvolvimento para atender as necessidades da Auditoria Interna; que sejam utilizadas as fontes orçamentárias adequadas; que sejam criados controles internos administrativos para a verificação da data de vencimento das avaliações dos imóveis classificados como Bens de Uso Especial; e que seja elaborado, anualmente, um Plano de Fiscalização in loco das transferências voluntárias concedidas.

5. Na avaliação do Plano de Providências para 2010, constatou-se o cumprimento, pela UJ, de todas as determinações dos Acórdãos do TCU, bem como das recomendações da CGU. Como desdobramento do atendimento às recomendações da CGU e em decorrências dos trabalhos de

campo realizados, foi recolhida, aos cofres do CNPq, a quantia de R\$ 116.436,07, referente às metas cumpridas parcialmente nos convênios SIAFI nº 524256 e 564138, firmados com a Academia Brasileira de Ciências.

6. Identificou-se, no procedimento de avaliação do Sistema de Controle Interno da Unidade, a ausência de designação específica de um representante da Administração para acompanhar a execução dos convênios, nos termos do artigo 53, da Portaria Interministerial nº 127/2008. Também foi identificada a carência de um sistema informatizado para auxiliar a execução das competências da Auditoria Interna. Estas impropriedades demonstram a necessidade de melhorias nos procedimentos do Sistema de controle interno do CNPq.

7. Verificou-se que, ao longo do exercício, a Instituição vem aprimorando seus sistemas de informação, no sentido de implementar controles que permitam dar transparência aos recursos públicos investidos pelo Órgão. Como exemplo de iniciativas neste sentido, cita-se o aprimoramento da Plataforma Carlos Chagas, que conta com fluxos automatizados que permitem: a cobrança da prestação de contas de bolsistas e pesquisadores; e o envio de formulários "on line", com a movimentação financeira e Relatório Técnico.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 4 de agosto de 2011

---

Wagner Rosa da Silva

Diretor de Auditoria da Área de Infra-Estrutura